



19ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE
SAÚDE
SANTO ANDRÉ • 2025

RELATÓRIO FINAL 19ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ - SP E PROPOSTAS APROVADAS

1. APRESENTAÇÃO

A 19ª Conferência Municipal de Saúde de Santo André constitui-se como espaço democrático de participação social, conforme previsto na Lei Federal nº 8.142/1990 e na Lei Municipal nº 9.698/2015, que regulamenta o Conselho Municipal de Saúde. O processo conferencial teve como objetivo avaliar a situação de saúde do município e propor diretrizes para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a formulação e adequação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029. A etapa final da conferência ocorreu em 06 de dezembro de 2025, quando foi realizada a Plenária Final, conforme disposto no Art. 33 do Regimento Interno (Resolução nº 57.10.2025 CMS/SS).

2. PLENÁRIA FINAL

A Plenária Final da 19ª Conferência Municipal de Saúde teve como finalidade homologar o consolidado das propostas elaboradas nos eixos temáticos e deliberar sobre as propostas apresentadas, por maioria simples dos votos dos delegados presentes. Conforme estabelecido no Regimento, não foram permitidas novas discussões ou inclusão de destaques nesta fase, sendo apreciadas apenas as propostas já consolidadas nos grupos de trabalho. Após a aprovação do relatório final, caberá à Comissão Organizadora Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde apresentar o Regimento Eleitoral para a nova composição do Conselho Municipal de Saúde – Gestão 2026–2028, bem como convocar os delegados aptos da conferência para participação no processo eleitoral.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS APROVADAS

As propostas abaixo correspondem ao consolidado aprovado na plenária final da conferência, incluindo propostas aprovadas sem destaque ou com aprovação igual ou superior a 70% dos votos dos delegados presentes.

EIXO 1 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO DO SUS

Proposta 1: Implementar capacitação continuada para os membros do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Locais de Saúde, em parceria com a Escola da Saúde, garantindo formação que inclua obrigatoriamente o contexto histórico do SUS e conteúdos voltados à legislação, instrumentos de gestão, participação social e deliberação, disponibilizando espaço físico estruturado, equipamentos tecnológicos e equipe técnica e administrativa capacitada para dar suporte às atividades nos Conselhos de Saúde (CMS e CLS); estabelecer parcerias com associações de bairros, escolas, igrejas e pastorais de saúde para fortalecer o controle social da saúde e a aproximação da comunidade e dos trabalhadores, garantindo a ampla divulgação das reuniões dos conselhos por meio de cartazes afixados nas unidades, na comunidade e em demais espaços.

Proposta 2: Criar um programa municipal de formação cidadã em saúde, voltado à população em geral, considerando suas diversidades e necessidades de inclusão, visando ao protagonismo dos usuários e ao engajamento comunitário nas decisões do SUS, fomentando o projeto “Aqui tem conselho”.

Proposta 3: Criar e promover um programa ou canal municipal destacando a diversidade e a inclusão nos conselhos de saúde e efetivar, em cotas mínimas, a participação ativa de representantes da infância, jovens, idosos, mulheres, população negra, imigrantes, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em situação de rua e de outros grupos historicamente marginalizados, por meio de políticas de ações afirmativas e campanhas de mobilização social, tornando os conselhos mais plurais, legítimos e conectados com a realidade da população usuária do SUS, garantindo a divulgação contínua, qualificada e acessível das ações, dos serviços e das iniciativas de saúde de cada território, por meio de estratégias de comunicação efetivas, inclusivas e adaptadas às necessidades da comunidade local.

Proposta 5: Valorizar o Controle Social por meio da transparência e da informação, desenvolvendo um canal de divulgação e comunicação em ambiente virtual e físico, com conteúdo sobre saúde mental, como calendários, serviços disponíveis, ações, informes e dados para consulta sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), assim como indicadores financeiros de investimento exclusivos na RAPS municipal por ente federativo (federal, estadual e municipal), apoiando a indução de assembleias nos serviços de saúde mental como proposta de cuidado e protagonismo do usuário para discussão ampliada da Política de Saúde Mental e também promovendo a articulação com os demais serviços da rede municipal de saúde (APS, especializadas, rede hospitalar, urgência e emergência) e, por fim, divulgando as ações e os eventos em painel eletrônico, fortalecendo o controle social com foco na divulgação de políticas públicas voltadas à população, como, por exemplo, Alzheimer, câncer, pessoas com deficiência, população negra e outros grupos que necessitam de suporte, garantindo acesso, participação e informação para todos.

Proposta 7: Fortalecer a integração com as Redes de Atenção à Saúde (RAS), o controle social e os conselheiros, mantendo e ampliando os espaços de diálogo com estes, promovendo o intercâmbio entre gestão hospitalar, trabalhadores e representantes da sociedade, visando ao aprimoramento da transparência, ao acompanhamento das ações e ao alinhamento às demandas da rede, utilizando as reuniões e os canais de comunicação já existentes.

Proposta 8: Garantir a divulgação contínua, qualificada e acessível das ações, dos serviços e das iniciativas de saúde em cada território, por meio de estratégias de comunicação efetivas, inclusivas e adaptadas às necessidades da comunidade local, em conformidade com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS/SUS), assegurando a participação ativa de grupos vulneráveis, como mulheres, idosos, crianças, adolescentes, população negra, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos indígenas e demais segmentos sociais, aproximando e estreitando a relação dos agentes comunitários de saúde com a comunidade local como estratégia de comunicação efetiva e fortalecendo os princípios da universalidade, equidade e cidadania em saúde.

Proposta 12: Garantir a elaboração do Plano de Ação e Metas de Saúde Digital na rede de saúde do município, submetendo-o à apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saúde.

Proposta 13: Garantir que o relatório final da 19ª Conferência Municipal de Saúde seja incorporado à versão final do Plano Municipal de Saúde (PMS 2026/2029) e readequado na Programação Anual de Saúde (PAS 2026) e no DigiSUS, conforme Resoluções nº 34 e nº 35/06/2025 CMS/SS, assegurando as competências deliberativas e normativas atribuídas à Conferência, garantindo e disponibilizando virtual e fisicamente o material citado.

Proposta 15: Fortalecer o controle social com foco na divulgação de políticas públicas voltadas à população, como, por exemplo, Alzheimer, câncer (adulto e infantojuvenil), pessoas com deficiência, portadores de HIV, violência familiar, violência contra a mulher (CIS e TRANS), com ênfase no combate ao feminicídio, e outros grupos historicamente marginalizados que necessitam de suporte, garantindo acesso, participação e informação para todos, por meio da distribuição de cartilhas informativas e arquivos digitais para a população.

EIXO 2 – GESTÃO E PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO SUS

Proposta 1: Implementar um sistema municipal integrado de monitoramento e avaliação da gestão em saúde, baseado em indicadores de saúde, qualidade da assistência e resolutividade da Atenção Primária, com o uso de painéis de dados acessíveis, atualizados e territorializados, que permitam a análise em tempo real, possibilitando decisões baseadas nos indicadores e metas previamente estabelecidos nos planos, com o envolvimento de gestores, conselheiros de saúde e profissionais das unidades, visando qualificar a gestão, otimizar o uso de recursos públicos e promover maior transparência nos resultados do SUS.

Proposta 2: Implementar programa municipal de qualificação contínua em gestão no SUS, voltado para coordenadores, gestores e profissionais de saúde, com foco em planejamento e financiamento público, reduzindo a troca de gestores e as assimetrias de conhecimento entre os níveis da rede, com uso de sistemas de informação e regulação do acesso, atuando de forma integrada aos núcleos de inovação em gestão pública, compostos por profissionais da RAS (Rede de Atenção à Saúde), pesquisadores e participação social, responsáveis por desenvolver, testar e implementar soluções com iniciativa de articulação intersetorial, integrando políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, transporte, esporte, cultura, lazer, inovação, tecnologia, saneamento e mobilidade urbana, de modo a enfrentar os determinantes sociais,

promovendo ações e o aumento da eficiência, equidade e qualidade da atenção prestada à população.

Proposta 5: Aprimorar os mecanismos de transparência ativa, garantindo que contratos com Organizações Sociais de Saúde (OSS) e parcerias público-privadas (PPP), ou outras parcerias existentes, contenham regras e metas claras, com fiscalização ágil e efetiva para apuração de inconsistências ou irregularidades, e a participação do controle social, conforme estabelece a Lei Municipal nº 9.698/2015.

Proposta 6: Promover a integração, atualização e uso estratégico dos sistemas de informação de saúde (e-SUS, SIAPS, SISREG, CNES etc.) para apoiar a gestão e o planejamento, qualificar os atendimentos, avaliar as políticas públicas e monitorar os indicadores de saúde, garantindo sua viabilidade por meio da rede de internet, com o monitoramento do Conselho Municipal, por meio de suas comissões.

Proposta 7: Aprimorar e garantir a integração entre o Centro Hospitalar Municipal de Santo André – CHMSA e os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS), por meio da padronização de fluxos, melhoria da comunicação e compartilhamento de informações assistenciais essenciais, de forma a garantir a continuidade do cuidado e otimizar recursos, favorecendo a resolutividade de toda a rede, como a realização de alta segura, com relatório assistencial de acompanhamento para a rede de atenção básica e o acompanhamento do giro de leitos.

Proposta 8: Fortalecer e divulgar as ações já desenvolvidas pelos Núcleos de Qualidade e Segurança do Paciente do Centro Hospitalar Municipal de Santo André – CHMSA, compartilhando boas práticas e experiências com outras unidades da rede, dentro da RAPS, buscando difundir uma cultura de qualidade e segurança, sem gerar custos adicionais, apenas ampliando a integração e a troca de conhecimento entre serviços.

Proposta 9: Implantar o sistema Fast Track (Caminho Rápido) na Rede de Urgência e Emergência, visando à redução do tempo de espera e à otimização do fluxo de pacientes, melhorando a qualidade do atendimento e a avaliação/satisfação dos usuários, divulgando o significado do sistema Fast Track e salientando que a UPA é de urgência e emergência e que o acompanhamento deve ser feito na Atenção Primária.

Proposta 10: Assegurar, garantir e fiscalizar que o financiamento federal, estadual e municipal seja destinado de forma equitativa para a manutenção, qualificação e ampliação dos serviços e programas que constituem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como a contratação de funcionários, além de vedar o financiamento público a iniciativas e/ou ações de Comunidades Terapêuticas que violem os direitos humanos fundamentais ou que possuam abordagens contrárias à redução de danos e à Reforma Psiquiátrica.

Proposta 11: Instituir um programa de segurança para as unidades de saúde, de modo a garantir a integridade dos usuários e trabalhadores, desde que a ação não se torne excludente à população.

EIXO 3 – MODELOS DE ATENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Proposta 2: Ampliar e aprimorar continuamente a oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na APS e nos serviços de saúde mental, como estratégia de promoção do bem-estar, prevenção de doenças crônicas e cuidado humanizado, assegurando a capacitação permanente dos profissionais, a oferta regular de atividades e a inserção das PICS nas linhas de cuidado, respeitando a diversidade cultural e as necessidades da população atendida pelo SUS.

Proposta 3: Expandir a qualificação do uso da Telemedicina, Telessaúde e Telediagnóstico na rede municipal, especialmente como ferramentas de apoio diagnóstico, educação permanente e ampliação do acesso à atenção especializada em territórios de difícil provimento, promovendo investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação das equipes e integração dos sistemas de informação, garantindo a continuidade do cuidado e a segurança dos dados dos usuários, bem como verificar o mapeamento geográfico e populacional do acesso à internet, identificando desigualdades e necessidades específicas dos territórios, disponibilizando a essas regiões distantes links, plataformas ou ferramentas que possam ser acessadas em parceria com empresas especializadas em telemedicina, assegurando conectividade e suporte adequado para a oferta dos serviços.

Proposta 7: Instituir 1 equipe de apoio matricial no Centro Especializado em Reabilitação (CER IV) e no Centro Médico de Especialidade – CME Infectologia para cada Unidade de Saúde dos 7 territórios, promovendo a articulação com a Atenção Primária à Saúde e o cuidado integral dos usuários; garantindo que os casos não solucionados pelas unidades sejam acompanhados pela Atenção Especializada; assegurando a capacitação dos profissionais que comporão as equipes matriciais em relação ao conceito e aos princípios do apoio matricial, trabalho interprofissional, cogestão do cuidado, elaboração e acompanhamento do Plano Terapêutico Singular (PTS) e integração com a Atenção Primária e demais pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Proposta 9: Requalificar e modernizar a estrutura física dos serviços de saúde da Atenção Primária (APS) e da Rede de Saúde Mental, priorizando o CAPS Praça Chile, NUPE e CAPS Vila Vitória, a UPA Sacadura Cabral e o Centro de Especialidades Odontológicas Santa Teresinha; aprimorar a ambientação das Unidades de Internação do Centro Hospitalar Municipal de Santo André – CHMSA; modernizar as instalações do Hospital da Mulher – HM; adequar a ambiência do Hospital de Vila Luzita; promover a renovação, ampliação e adequada destinação do repasse ministerial para a frota de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência – SAMU, incluindo uma nova unidade para o território do Parque Andreense; ampliar a política da “onda verde” para ambulâncias, visando à redução do tempo de resposta no atendimento; implementar unidades de CAPS itinerante para ampliação do acesso e fortalecimento da Rede de Saúde Mental; desenvolver um programa de acolhimento físico, mobilidade e acessibilidade integral nas unidades de saúde, garantindo condições adequadas de circulação, sinalização e acesso por transporte público; incluir a aquisição de novos tablets e uniformes para as equipes, além da reforma das UBS ainda não contempladas, ações essas visando à melhoria da qualidade assistencial, da eficiência, da segurança e da satisfação dos usuários do SUS.

Proposta 10: Ampliar e fortalecer as ações de Educação Permanente e Continuada para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde, com o desenvolvimento de conteúdos personalizados de integração, formação e acolhimento à diversidade — incluindo temas relacionados ao sofrimento psíquico — priorizando atividades presenciais e disponibilizando materiais no site da Escola da Saúde no Portal da Prefeitura, visando à promoção de aprendizagem significativa, qualificação técnica, acolhimento às diversas identidades, fortalecimento do senso de pertencimento dos trabalhadores e a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, contribuindo para a melhoria do cuidado e do atendimento aos usuários do SUS.

EIXO 4 – PROMOÇÃO DA SAÚDE, PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Proposta 1: Aprimorar o sistema de informação utilizado pelo município, incluindo relatórios dos indicadores de cobertura vacinal e a qualificação das equipes para leitura desses indicadores.

Proposta 2: Implantar um programa municipal de vigilância e resposta aos impactos das mudanças climáticas na saúde, integrando informações ambientais, dados epidemiológicos e ações preventivas coordenadas com Defesa Civil, Meio Ambiente e Assistência Social, buscando prevenir e mitigar riscos à saúde causados por enchentes, ondas de calor, contaminações ambientais e insegurança hídrica, especialmente em territórios vulneráveis, promovendo ampla divulgação em todos os territórios do município.

Proposta 3: Implementar hortas comunitárias como estratégia de promoção da saúde, segurança alimentar e educação ambiental nos territórios, com ações de processos formativos junto à população sobre a temática, promovendo ações sustentáveis, estimulando boas práticas de uso racional de insumos e redução de desperdícios.

Proposta 4: Fortalecer as ações de prevenção e controle de riscos por meio do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente, reforçando o monitoramento de riscos e a comunicação com a vigilância municipal, fortalecendo a resposta rápida e a prevenção de agravos.

Proposta 6: Construir nova sede para o Centro de Controle de Zoonoses, com infraestrutura moderna e aumento da área de alojamento dos animais, garantindo excelência nos canis e gatis, promovendo o bem-estar animal, fortalecendo as ações de vigilância e saúde pública, além de ampliar as ações de vacinação locais (nos bairros) e a equipe de profissionais, com campanhas junto à população para adoção responsável.

Proposta 7: Implementar, com equipe técnica especializada, o Observatório de Monitoramento dos Índices de Suicídio e Violência Autoprovocada, de modo a subsidiar o desenvolvimento de ações de cuidado, como um Plano Municipal de Prevenção e Posvenção, implementando no prontuário eletrônico um ícone de sinalização para os casos de sofrimento mental, e garantindo que todos os equipamentos de saúde do município utilizem o mesmo sistema de informação.

Proposta 8: Fortalecer as políticas de redução de danos e IST/AIDS, bem como outras políticas públicas, com ações intersetoriais, incluindo a participação popular por meio do Conselho Municipal de Saúde, no âmbito da prevenção, ampliando a divulgação e a oferta do programa de combate ao tabagismo e outras drogas.

Proposta 9: Revisar e incluir no Código Sanitário Municipal o termo “Saúde do Trabalhador(a)” e a menção ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) em documentos oficiais, visando ao fortalecimento da integração das ações de vigilância (sanitária, ambiental, zoonoses) com a saúde ocupacional, verificando a possibilidade de alteração da GCZ (Gerência de Controle de Zoonoses) para UVZ (Unidade de Vigilância de Zoonoses), bem como a contratação de agentes de combate às endemias (ACEs).

Proposta 10: Realizar a contratação de agentes de combate às endemias via processo seletivo, para promover ações comunitárias educativas voltadas à conscientização sobre arboviroses e outros vetores, com sensibilização para a responsabilidade coletiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas aprovadas na 19ª Conferência Municipal de Saúde de Santo André representam a expressão da participação social na construção das políticas públicas de saúde do município. Essas deliberações deverão subsidiar a formulação e adequação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029, fortalecendo o compromisso do município com os princípios do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade, equidade e participação social.

Santo André, 06 de março de 2026.

EDSON SALVO MELO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

SILVANA GOMES DE ARAUJO TEIXEIRA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE